

ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROCESSO Nº 23038.000341/2024-39

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DA REPÚBLICA DE CUBA (MES-CUBA)

(Por meio deste instrumento, a CAPES e
o Ministério de Educação Superior da
República de Cuba (MES-CUBA) são
denominadas individualmente como
“uma Parte” e coletivamente como “as
Partes”)

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Fundação Pública Federal instituída pela Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 11.238, de 18 de outubro de 2022, da República Federativa do Brasil, com sede em Brasília -DF no Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.889.834/0001-08, neste ato representada por sua Presidente **Denise Pires de Carvalho**, residente em Brasília — DF, nomeada pela Portaria nº 183/24 da Presidência da República/Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União — DOU, Seção 2, página 1, e o Ministério de Educação Superior da República de Cuba (MES-CUBA), neste ato representada por seu Ministro **Walter Baluja García**, doravante referidos como “as Partes”.

Considerando o Decreto de número 98.784, de 3 de Janeiro de 1990, que promulga o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba;

Considerando o Convênio entre a Diretoria de Relações Internacionais do MES-CUBA e a CAPES, do Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, de 8 de Abril de 1999;

Considerando o Acordo de Cooperação entre o Ministério da Educação do Brasil e Ministério da Educação Superior de Cuba de 2 de Fevereiro de 2005;

Considerando o Memorando de Entendimento entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Ministério de

Educación Superior da República de Cuba (MES-CUBA), de 06 de janeiro de 2015;

Reconhecendo as relações históricas e os interesses compartilhados pela República Federativa do Brasil e o Governo de Cuba na área da Educação, além do desejo de favorecer o intercâmbio entre as suas instituições de ensino superior e de pesquisas dos dois países, visando à formação de Recursos Humanos em nível de pós-graduação, as Partes concordam em estabelecer este documento em comum acordo, e a fim de ser mutuamente benéfico.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação tem por objeto promover o desenvolvimento de ações conjuntas que se enquadrem em programa que promova a integração nas atividades de pesquisa e ensino das universidades brasileiras e cubanas, visando benefícios mútuos, participação ativa de cada envolvido e o alcance de objetivos comuns.

1.2. A cooperação será realizada por meio do desenvolvimento de atividades e projetos nas áreas de cooperação mencionadas na CLÁUSULA SEGUNDA para obtenção de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia, previamente definidos pelas Partes, obedecidas as suas normativas internas, conforme consta expressamente nos Planos de Trabalho, anexos, partes integrantes do presente acordo.

1.3 Para a implementação deste ACORDO, as Partes assinarão Planos de Trabalho, em português e espanhol, para regular cada um dos programas.

Subcláusula única. A implementação dos objetivos previstos neste Acordo ocorrerá por meio da publicação de editais de seleção.

CLÁUSULA SEGUNDA – ÁREAS DE COOPERAÇÃO

2.1. As áreas de cooperação são aquelas em que há interesse comum entre as Partes em todas as áreas do conhecimento mutuamente benéficas para ambas as sociedades e as comunidades científicas dos dois países.

CLÁUSULA TERCEIRA – ATIVIDADES

3.1. Por consenso das Partes e mediante disponibilidade orçamentária, a cooperação poderá ser desenvolvida em qualquer uma das seguintes atividades:

1. Projetos conjuntos de pesquisa;

2. Intercâmbio docentes, pesquisadores e alunos de pós-graduação, especificamente doutorandos, pós-doutorandos e estagiários em diferentes grupos de investigação;
3. Intercâmbio de publicações e outras informações relevantes relacionadas aos projetos desenvolvidos no âmbito deste acordo;
4. Apoio conjunto na organização de eventos científicos de alto nível.

CLÁUSULA QUARTA – DA IMPLEMENTAÇÃO DA COOPERAÇÃO

- 4.1. A cooperação é implementada por meio das ações previstas nos Planos de Trabalho, que constituem parte integrante deste Acordo e são aprovados por ambas as Partes, levando em consideração a conveniência e oportunidade; que, além disso, pode estar sujeito a eventuais modificações.
- 4.2. Os termos deste Acordo não impedirão nenhuma das Partes de desenvolver outros projetos, individualmente ou em cooperação com terceiros.

CLÁUSULA QUINTA – FINANCIAMENTO

- 5.1. As condições financeiras e os valores dos financiamentos e bolsas para cada uma das ações previstas na CLÁUSULA TERCEIRA serão tratadas no respectivo plano de trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 6.1. Como no presente Acordo não haverá repasse de recursos entre as Partes, não haverá necessidade de prestação de contas entre elas.
- 6.2. Os bolsistas prestarão contas dos benefícios recebidos e sobre as atividades desenvolvidas diretamente para as Partes, conforme exigido por suas regras internas e de acordo com os termos apresentados no instrumento de seleção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 7.1. É responsabilidade da Capes:

Preparar editais para o recebimento de propostas pelo lado brasileiro e promover a ampla divulgação do Programa nas instituições brasileiras.

Realizar a seleção dos projetos a serem financiados, conforme processo seletivo previsto em edital.

Solicitar a documentação necessária à renovação dos projetos aos coordenadores e realizar o processo de renovação dos projetos.

Realizar o pagamento dos itens financiáveis previstos em edital aos coordenadores dos projetos, respeitando a disponibilidade orçamentária e financeira da instituição.

Pagar, diretamente aos bolsistas selecionados pelo projeto, bolsa e auxílios para sua manutenção, de acordo com as normas vigentes da CAPES e respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira da instituição.

7.2. É responsabilidade do MES-CUBA:

Preparar editais para o recebimento de propostas pelo lado cubano e promover a ampla divulgação do Programa nas instituições cubanas.

Realizar a seleção dos projetos a serem financiados, conforme processo seletivo previsto em edital.

Lançar edital para a prorrogação dos projetos e realizar o processo de prorrogação dos projetos.

CLÁUSULA OITAVA - PROPRIEDADE INTELECTUAL

8.1. As Partes concordam que quaisquer direitos de propriedade intelectual decorrentes do processo de implementação deste Acordo serão regulados pela legislação nacional aplicável em cada país, bem como pelas convenções internacionais de propriedade intelectual de que as Partes sejam signatárias e pelas cláusulas e condições aqui estabelecidas.

8.2. Os direitos de propriedade intelectual sobre qualquer criação que possa resultar de atividades relacionadas à cooperação prevista neste Acordo pertencerão à instituição que a desenvolver e serão regulamentados em contrato específico.

8.3. A participação nos resultados da apropriação comercial de direitos de propriedade intelectual, inclusive na hipótese de transferência dos direitos sobre lucros para terceiros, será definida em contrato a ser acordado entre as instituições detentoras desses direitos e, quando for o caso, com a participação das Partes Signatárias deste Acordo.

CLÁUSULA NONA – CONFIDENCIALIDADE

9.1. A Lei Federal 12.527 de 2011, da República Federativa do Brasil, determina amplo acesso aos acordos e convênios celebrados pela Administração, especialmente quando houver transferência de recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA - USO DE MARCAS E LOGOTIPOS

10.1. Nenhuma das Partes utilizará o nome ou qualquer marca ou logotipo da outra, em qualquer comunicado à imprensa ou ações publicitárias, ou para qualquer outro fim, comercial ou outro, sem o prévio consentimento dessa Parte, que poderá ser dado ou recusado por sua própria decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

11.1. As Partes concordam que poderão divulgar o conhecimento e os resultados obtidos, por meio das ações de fomento previstas no Plano de Trabalho, observadas as regras de Propriedade Intelectual estabelecidas na CLÁUSULA OITAVA.

11.2. Cada Parte poderá divulgar ou publicar quaisquer resultados obtidos com a execução de pesquisas implementadas no âmbito deste Acordo, desde que seja feita referência ao programa de cooperação, mencionando os nomes dos pesquisadores envolvidos, em todos os artigos publicados em periódicos e/ou outras publicações acadêmicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VIGÊNCIA E MODIFICAÇÕES

12.1. Este Acordo de Cooperação entrará em vigor na data da última assinatura recebida, pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período mediante Termo Aditivo.

12.2. O plano de trabalho anexo é parte integrante deste Acordo de Cooperação.

12.3. As condições estabelecidas neste Acordo de Cooperação e no Plano de Trabalho poderão ser modificadas por mútuo acordo e por escrito entre as Partes, mediante proposta de alteração devidamente justificada e apresentada mediante comunicação por escrito, salvo modificações relacionadas ao objeto deste Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. Este Acordo poderá ser rescindido por uma das Partes, que deverá notificar formalmente a outra Parte por meio de notificação por escrito, com antecedência de 90 (noventa) dias. A rescisão deste Acordo de Cooperação invalidará o Plano de Trabalho a ele associado.

13.2. A rescisão não afetará as ações em andamento, salvo acordo em contrário das Partes, resguardados os direitos adquiridos dos beneficiários,

cabendo a cada Parte manter em seus orçamentos as dotações destinadas às referidas atividades pelo prazo de suas execuções.

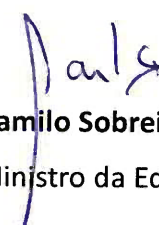
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS E OMISSÕES

14.1. As partes não serão responsáveis pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente acordo, desde que tais descumprimentos sejam decorrentes de força maior.

14.2. Qualquer controvérsia que possa surgir sobre a implementação ou interpretação do presente Acordo de Cooperação será resolvida, amistosamente, por meio de consultas entre as Partes.

14.3. Os assuntos não explicitamente abordados neste Acordo serão resolvidos por meio de negociação presencial ou troca de correspondência entre as Partes, se necessário. Este Acordo será regido e interpretado de acordo com as leis do país do demandado. Qualquer disputa decorrente da operação deste Acordo estará sujeita à jurisdição exclusiva das leis do país da parte demandada.

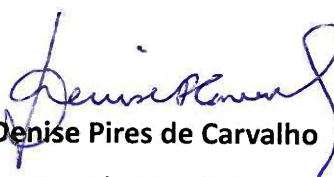
Assinado em 13 de março de 2024, redigido em português e espanhol, em duas vias originais de igual valor e devidamente assinado, em nome de ambas as Partes. Se as disposições das versões em espanhol e português diferirem em qualquer aspecto, a versão em português prevalecerá.



Camilo Sobreira de Santana
Ministro da Educação /Brasil



Walter Baluja García
Ministro da Educação/Cuba



Denise Pires de Carvalho
Presidente - CAPES